

Dossier de Acompanhamento de Votação em Comissão

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª

Artigo 150.º-A

(Fim Artigo 150.º-A)



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª
Aprova o Orçamento do Estado para 2023

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª – Aprova o Orçamento do Estado para 2023:

Título I

Disposições gerais

Capítulo IX

Outras disposições

Artigo 150.º-A (NOVO)

Operações de reprivatização e de alienação

Em 2023, o Governo, através do membro do Governo responsável pela área das finanças – com a faculdade de delegação – empenha todos os esforços tendo em vista a abertura imediata de um concurso público para a alienação a grupo internacional privado de pelo menos 50% da participação social do Estado na Transportes Aéreos Portugueses, S.A..

Nota justificativa: Propõe-se a abertura imediata de um concurso público para a alienação a grupo internacional privado de pelo menos 50% da participação social do Estado na Transportes Aéreos Portugueses, S.A... Assim que a Iniciativa Liberal entrou no Parlamento, logo no primeiro Orçamento em Janeiro de 2020, foi apresentada uma proposta de Privatização da TAP, a qual foi chumbada com os votos contra de PS, Chega, BE, PCP e PAN, bem como a abstenção de PSD e CDS.

Durante a campanha eleitoral, António Costa afirmou que o próximo Executivo estaria “em condições de poder alienar 50% do capital”, notando que “já há companhias interessadas”



em ficar com a transportadora aérea. Fernando Medina, em entrevista ao Público, afirmou que "o modelo mais adequado para a TAP é o privado" e que a TAP deveria ser preferencialmente inserida num grupo internacional privado de aviação. Em Itália, o anterior Governo Italiano já deu indicações de que pretende privatizar a ITA Airways, a empresa sucessora da transportadora Alitalia.

O tempo veio syndicar a posição da Iniciativa Liberal, que foi sempre contra a nacionalização da TAP, por esta ser lesiva para os contribuintes do país, por acarretar custos astronómicos, mesmo imorais, face aos custos de oportunidade.

Entretanto, a TAP já confirmou que não irá devolver os 3,2 mil milhões de euros ao Estado. Tal como a IL sempre previu, o empréstimo virou aumento de capital. Por isso, mesmo, urge cessar o mais rapidamente possível com o desperdício de fundos públicos que esta nacionalização acarreta, salvaguardando-se os contribuintes portugueses de quaisquer outros encargos relativos a esta decisão imponderada e mal fundamentada de políticas públicas.

Nestes termos, o Governo deverá encetar todos os esforços para proceder à alienação de 50% do capital da TAP, procedendo à abertura imediata de concurso público internacional para o efeito.

Palácio de São Bento, x de novembro de 2022

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Carlos Guimarães Pinto

Carla Castro

Bernardo Blanco

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha